



Brasília, abril de 2005.

Presidente e companheiro Lula,

Dois meses atrás, vi nos jornais uma foto sua diante de crianças no bairro Canaã, em Caruaru. As crianças mostram surpresa diante do Presidente, e o senhor mostra tristeza e preocupação diante da pobreza que elas representam. Ao ver essa foto, decidi ir a Canaã. Conhecer as crianças e suas famílias, ver a escola onde estudam, provar a merenda que elas comem, sentir o futuro que representam. O futuro de cada uma e o futuro que elas construirão.

No olhar das crianças, vi a tragédia que herdamos. Mas vi outra maior: a da possibilidade dessa realidade continuar, com os filhos dessas crianças. Uma herança que nós deixaríamos. Por isso, gostaria de sugerir medidas para modificar essa realidade. Trata-se de “Federalizar a Educação Básica”: definir padrões nacionais para a educação de nossas crianças, envolvendo o Governo Federal no trabalho hoje desenvolvido de maneira tão desigual pelos municípios e estados.

Espero, Presidente, que este relato e estas propostas sejam vistos como a manifestação de uma angústia e de uma esperança.

Atenciosamente,

Cristovam Buarque



Taciana, 6 anos – a única menina que aparece na foto; Josivan, 8 anos – menino de blusa listrada, mais à direita na foto; Jacques, 9 anos – menino que está com a cabeça entre Taciana e Josivan; Rubinho, 7 anos, menino sem blusa com a mão no peito; Jailson, 9 anos, menino com blusa vermelha e cinza, ao lado de Rubinho; Rosimar, 10 anos, menino com blusa azul e amarela, com a cabeça perto de Jailson; Janailson, 12 anos, menino que aparece com blusa azul e olhos fechados.

Josivan, o pequeno que aparece à direita na foto com o senhor, tem oito anos. Está na 1ª série da Escola Municipal Capitão Rufino. Ainda não sabe ler nem contar. A família vive em um mocambo de um cômodo, dividido por uma velha cortina. O esgoto passa na frente da casa, a céu aberto. Estive na escola e na casa. Seu pai e sua mãe estão desempregados há anos. Têm outros 15 filhos. Onze moram com eles. Todos risonhos na foto.

Na casa onde vivem todas essas pessoas há somente uma cama, onde dormem o pai, a mãe e os três filhos menores. As outras crianças dormem em colchões velhos, rasgados, espalhados pelo chão ao anoitecer. Vivem com R\$ 85,00 por mês, que recebem do programa Bolsa Família, pago em Canaã. Aproximadamente o mesmo valor do tempo da Bolsa-Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás somados. A mãe me disse que se tivesse de ir ao centro de Caruaru para receber a Bolsa Família, o valor não compensaria o custo do transporte.

O que motiva Josivan a ir à escola é a merenda. No dia da minha visita, era feijão com arroz, mas às vezes é arroz com charque ou macarrão com sardinha.

O menino que aparece sorrindo, de camiseta vermelha e cinza, chama-se Jailson. Tem nove anos e é irmão de Josivan. Está na 1ª série, junto com o irmão e outros 40 alunos que lotam uma das três salas de aula. Jailson também não sabe ler nem escrever. Muitos dos alunos vão para a escola sem sapato ou sandália.

A única menina que aparece na foto, sem blusa, é Taciana. Tem 6 anos. Não consegui informações sobre ela. Provavelmente ainda não vai à escola.

O outro menino, que aparece de olhos fechados, é Janailson, filho de dona Maria Ivonete. Tem 12 anos, frequenta a 2ª série, mas não sabe ler nem escrever. Sabe contar e conhece as letras; no entanto, como as demais crianças do grupo, sem exceção, é incapaz de fazer uma carta. Quando foi pedido aos alunos da 2ª série que escrevessem uma carta para o Presidente da República, que tinha estado com eles, nenhum deles foi capaz de articular as idéias, de colocar palavras inteiras no papel.

As crianças sem sequer entendem o que significa estudar. Não há lição de casa, não há leitura, mesmo porque não aprenderam a ler. Nem elas, nem seus pais. Segundo os professores, muitas crianças vão à escola somente para comer. No Brasil, Presidente, dezenas de milhares de escolas são centros de distribuição de alimentos disfarçados de escola. Como se no nosso país, a escola fosse um restaurante popular mirim.



O **prédio da escola** foi reformado em 2003 e 2004, com recursos enviados pelo Governo Federal. Porém, tem apenas três salas: uma para a 1ª série; a outra serve ao mesmo tempo à 2ª série e à preparação da merenda; e na outra funcionam simultaneamente a secretaria da escola e a 3ª série. Aí se acomodam 276 crianças, em dois turnos. O muro não foi terminado. A escola não tem vigia, nem portão, nem quadra esportiva, nem parque, nem uma única árvore. Seu único equipamento pedagógico é o quadro. Se o futuro de um país tem a cara de sua escola pública, ali não se vê um bom futuro para o Brasil.

As poucas crianças que tentarem continuar os estudos deverão ir a Toritama, município próximo de Caruaru. Com enorme dificuldade. Dificilmente os pais poderão gastar R\$ 10 por semana com a passagem.

Não é de estranhar que **todos os jovens com os quais conversei** tivessem abandonado a escola antes da 4ª série.



Ouvi o senhor lembrar que 52% das crianças brasileiras chegam à 4ª série sem saber ler.

As crianças da foto farão parte desse grupo. E a partir daí ampliarão o exército de milhões de brasileiros adultos analfabetos. Programas de apoio feitos pelo setor privado não serão suficientes. Porque, como me disse o gestor educacional da Escola Capitão Rufino, Alessandro da Silva, “a torneira continua aberta”. Apesar do esforço dos professores, que dão 8 horas de aulas por dia.



Os professores são cinco, e recebem R\$ 460 por mês do governo municipal de Caruaru. Todos têm formação de nível médio, com exceção de uma professora, formada em Letras, que recebe o mesmo salário. O gestor Alessandro, que também coordena outras cinco escolas, afirmou que a situação é pior fora de Caruaru.

A realidade é que as cidades, sozinhas, não têm como cuidar da educação de suas crianças. O futuro das crianças que vivem em Canaã é muito parecido com o das demais filhas de brasileiros pobres e entregues à penúria de seus municípios. No Brasil, Josivans, Jailsons e Tacianas são dezenas de milhões.



Apesar disso, senti em todos, pais e professores, confiança no senhor. **D. Maria Ivonete**, mãe de alguns dos meninos que aparecem na foto, disse que nada melhorou nestes últimos dois anos, mas que “tem certeza de que vai melhorar antes do final do governo do presidente Lula”.

Seu sentimento é o da maioria dos pobres brasileiros. Ela não sabe o que o senhor vai fazer, sabe apenas que fará. Alguns disseram esperar emprego, outros aposentadoria, outros receber a Bolsa Família. Nenhum deles disse que espera uma boa escola para os filhos.

Essa é, certamente, a maior prova da tragédia educacional brasileira: a escola não é um objetivo, nem sequer um desejo, ou uma boa bandeira eleitoral. Todos colocam o emprego, a saúde, a renda, o asfalto, a segurança na frente da educação. Estão presos ao presente: a merenda é

mais importante que o livro, a fome mais grave que o analfabetismo. Mas sabemos que sem educação a fome continuará. Nem aqueles meninos de Canaã nem o Brasil terão futuro fora da escola.

O futuro de um país tem a cara da sua escola pública. Ainda mais triste do que ver a **tragédia no rosto** daquelas crianças é prever que seus filhos terão o mesmo futuro. Nenhum país se constrói com alunos que vão à escola apenas por causa da merenda ou da Bolsa-Escola. Esses dois instrumentos são necessários, mudam o dia-a-dia, mas não mudam o destino das pessoas. Se a escola não tiver a qualidade necessária, a realidade não muda, não se constrói o futuro. Mas o senhor pode mudar esse futuro, mudando a escola.



A porta de saída da pobreza é a escola. A porta de entrada na modernidade é a escola. Já se foi o tempo em que o futuro estava no caminhão “pau de arara” que levava para um emprego na indústria de São Paulo. Hoje, o “pau de arara” é um ônibus com ar condicionado, mas de nada serve esse conforto, pois não há emprego para alguém sem um mínimo de instrução.

O Brasil e o mundo esperam do senhor o que os sul-africanos esperavam de Mandela: ser o primeiro presidente de um novo tempo, mudar o rumo da história, inaugurar um novo ciclo. Mandela conseguiu: brancos e negros, hoje em dia, andam na mesma calçada. O senhor conseguirá, se garantir que no futuro pobres e ricos tenham a mesma escola: de boa qualidade. Essa pode ser sua marca, e sinceramente, não vejo outra. O mundo global deixou somente essa brecha para um governo que queira transformar a realidade social.

O Brasil vai esperar muitas décadas até que outro presidente vá a Canaã, se aproxime das crianças, converse com elas, e tenha o sentimento de preocupação, tristeza, responsabilidade que o senhor transmite na foto. Por isso, não podemos perder esta chance. Se não começarmos a fazer agora, sob sua liderança, aquilo de que estas crianças precisam, seus filhos e netos terão o mesmo destino.

O senhor pode mudar isso. Basta trazer a preocupação com a educação básica para o plano federal. Hoje, uma criança só se torna preocupação federal quando entra na universidade ou em uma escola técnica. Até lá, é preocupação do prefeito, e os poucos que chegam ao ensino médio são preocupação do governador. As leis não atribuem ao Presidente e ao

Ministro da Educação responsabilidade com as crianças e com a educação básica. É como se aquelas crianças da foto fossem caruaruenses, e não brasileiras. Porque a educação de cada criança é responsabilidade da cidade na qual ela nasce e vive.

Em um país com a desigualdade do Brasil, escolas municipais perpetuam a desigualdade. Porque o berço da desigualdade está na desigualdade do berço. E a desigualdade na educação aprofunda a desigualdade social.

Nosso papel é mudar isso. O Brasil precisa trazer suas crianças e a educação básica para a responsabilidade do Governo Federal. Isso não significa assumir o custo e a administração das 180 mil escolas e dos quase dois milhões de professores da educação básica, como acontece com as universidades e com a escola técnica. Nem colocar as escolas brasileiras em uma camisa de força pedagógica. É preciso federalizar a responsabilidade, com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. O caminho passa por dez passos, que garantiriam condições mínimas a todas as escolas do Brasil, não importa em que cidade estejam.

A federalização da educação básica é o caminho para cumprir seu programa de governo, intitulado **Uma Escola do tamanho do Brasil**. E deixar sua herança, sua marca na história.

Os resultados não vão aparecer de imediato, como conseguiu Mandela na África do Sul, com o fim do *apartheid*. A revolução educacional demorará de 10 a 15 anos para dar seus frutos. Mas se agirmos desde já, em 2022, ano do segundo centenário da independência, o Brasil será um país diferente: mais eficiente, mais justo, sem a desigualdade que nos faz um símbolo de vergonha, como éramos no século XIX, por causa da escravidão.

Presidente Lula, foi o senhor quem divulgou no Brasil a idéia do “custo da omissão”, o custo do não fazer. O custo de não “federalizar” a educação básica no seu governo será um povo sem educação e um país sem futuro.

O Brasil está maduro, dispõe dos recursos necessários e teve a sorte de elegê-lo. O senhor é a pessoa certa para fazer o que deve ser feito. Não deixe o Brasil perder esta chance, companheiro e presidente Lula.

**Os dez passos da Federalização da Educação Básica Brasileira,
com Descentralização Gerencial e Liberdade Pedagógica**

	Justificativa	Ação	Passos dados anteriormente
1. Criar o Ministério da Educação Básica e a Agência Nacional para a Proteção da Criança.	Sem isso, o Governo Federal será refém do Ensino Superior e Técnico, e as crianças brasileiras não terão um responsável por elas no plano federal.	Aprovar a criação dos dois órgãos.	A idéia de criar o Ministério da Educação Básica já foi discutida durante o período de transição. A proposta da Agência Nacional para a Proteção das Crianças está em andamento no Senado.
2. Definição de Três Pisos Nacionais para a Educação:			
----- 2.1. <u>piso salarial e de formação do professor</u> : definir um piso salarial federal e normas mínimas federais para os concursos de professores;	----- Sem um piso salarial para o professor, é impossível atrair profissionais competentes; sem um concurso nacional para selecionarmos o professor, não será possível garantir um nível mínimo de qualidade na formação dos professores.	----- Retomar os projetos criados em 2003 e aprovar o FUNDEB.	----- O programa de Certificação Federal dos Professores, de 2003, unia o piso salarial e a formação do professor. A primeira proposta do FUNDEB foi entregue na Casa Civil em 2003.
----- 2.2. <u>piso de equipamentos e instalações</u> : definir padrões mínimos para as edificações escolares e o equipamento pedagógico mínimo de que elas necessitam.	----- Sem uma unificação federal do mínimo de equipamentos e instalações, a escola brasileira continuará radicalmente desigual.	Retomar os projetos iniciados em 2003.	----- Em 2003, foram iniciados dois programas que atendiam essa meta: Escola Interativa e Escola Ideal.
----- 2.3. <u>piso de conteúdo</u> :	----- Sem isso, o saber de	----- Definir esses	-----

estipular o saber mínimo que cada criança brasileira, de qualquer escola, em cada cidade, deverá possuir sobre cada matéria em cada série, independentemente de onde estude.	cada aluno depende do prefeito de sua cidade, e o Brasil não construirá uma geração unificada pela educação.	conteúdos no Plano Nacional de Educação.	
3. Garantir a universalização da educação fundamental. -----	-----	-----	-----
3.1. Garantir o atendimento alimentar e pedagógico na primeira infância;	Sem isso, as crianças pobres não terão o desenvolvimento necessário.	Sancionar a PEC 40/2005. Implantar o Programa de Assistência Educacional à Primeira Infância.	Já aprovada no Senado. Projeto existente no MEC desde 2003.
-----	-----	-----	-----
3.2. Garantir vaga a todas as crianças no dia em que completarem 4 anos;	Sem isso, as crianças pobres perderão os anos fundamentais de formação.	Enviar Projeto de Lei ao Congresso.	Uma proposta está na Casa Civil desde abril de 2003.
-----	-----	-----	-----
3.3. Identificar e trazer à escola as crianças não matriculadas;	Sem isso, não haverá universalização.	Retomar o projeto Escola de Todos.	O projeto começou a ser executado em 2003.
-----	-----	-----	-----
3.4. Retomar com vigor o papel educacional da Bolsa-Escola;	Sem isso, o programa Bolsa Família não terá impacto transformador.	Separar na Bolsa Família a parte assistencial da parte educacional. Levar a parte	O assunto já foi debatido.

		educacional para o Ministério da Educação Básica.	
----- 3.5. Criar o Programa Poupança-Escola.	Sem isso, a Bolsa-Escola ou Bolsa Família incentivam a frequência, mas não incentivam o estudo.	O Governo Federal adotar o projeto, para que tenha tramitação mais rápida.	Uma proposta foi entregue à Casa Civil em 2003. Projeto com origem no Senado está em tramitação desde 2004.
4. Garantir a universalização do Ensino Médio. ----- 4.1. Determinar a obrigatoriedade da escola até o final do Ensino Médio. ----- 4.2. Incentivar os jovens que o Ensino Médio não conseguirá absorver.	----- Sem isso, uma parte de nossos jovens ficará para trás. ----- Sem isso, uma parte dos jovens não será atendida pela Federalização, por já terem passado da idade.	----- Enviar projeto ao Congresso. ----- Transformar o projeto Primeiro Emprego em continuação de estudos por meio de incentivos financeiros.	----- Proposta foi entregue na Casa Civil em 2003. ----- A proposta foi apresentada durante debates sobre o Primeiro Emprego.
5. Aprovar uma Lei de Responsabilidade Educacional.	Para viabilizar a construção de uma escola brasileira, é preciso uma Lei Federal de Responsabilidade Educacional para cada dirigente público no Brasil, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Enviar Projeto de Lei ao Congresso.	Minuta do projeto foi elaborada no MEC em 2003.
6. Implantar jornada ampliada de 6 horas em todas as escolas brasileiras.	Sem isso, o Brasil não terá condições de competir no mundo global.	Retomar o programa Escola Ideal.	Esse programa foi iniciado em 32 cidades pelo MEC em 2003. O Orçamento

			para 2004 previa recursos para 155 novas cidades.
7. Criar o Cartão Escolar de Acompanhamento Federal.	Com ele, o Presidente, o Ministro, o Brasil podem saber como está o atendimento e a evolução educacional de cada criança brasileira.	Enviar projeto do Executivo ao Congresso.	A idéia está sendo estudada no Senado.
8. Criar um Ambiente Educacional.			
----- 8.1. Envolvimento das Famílias e da Mídia no Sistema Educacional Brasileiro.	A educação hoje depende de um tripé “escola, família e mídia”. Sem esses dois últimos, não há boa educação.	O Presidente assumir o papel de mobilizador nacional pela educação.	Em 2003, o MEC apresentou à Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica a proposta do Programa Educa, Brasil e a sugestão de que o Presidente fosse à televisão a cada ano na abertura do ano escolar.
----- 8.2. Erradicação do Analfabetismo de Adultos	Mães e pais analfabetos dificilmente conseguem educar os filhos.	Recriar a Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo e retomar o Programa Brasil Alfabetizado com as metas estipuladas para o fim do analfabetismo de jovens e adultos.	----- Em 2003 foi criada a secretaria, foram alocados os recursos necessários e foi superada a meta de três milhões de adultos em alfabetização.
----- 8.3. Valorizar o professor	Sem a valorização salarial, de formação e motivação funcional, não haverá boa	Definir programas de apoio financeiro e social que	----- Ao longo de 2003, foram iniciados diversos

	educação.	transformem o magistério na profissão mais respeitada do País.	programas nesse sentido, tais como o FUNDEB, entregue à Casa Civil em 2003. Além de outros apoios ao professor lançados em 2003.
9. Montagem do Sistema Nacional de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização da Educação Básica.	Sem isso, a Lei de Responsabilidade Educacional ficará no papel.	Elaborar os procedimentos por Portaria do MEC.	O INEP tem os estudos necessários.
10. Ampliar os Recursos da União para a Educação Básica.	Sem isso, as prefeituras e os governos estaduais investirão recursos de forma muito desigual.	Apresentar proposta no Orçamento de 2006 para ampliar em R\$ 7 bilhões, o equivalente a 1% da receitas, os gastos da União com Educação Básica.	Essa emenda foi apresentada no Senado para o Orçamento de 2005, mas foi rejeitada pelo relator.